

UMA PROPOSTA DE MENSURAÇÃO SENIANA DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA CIDADE DO RECIFE: O MÉTODO ALKIRE-FOSTER COMO OPERACIONALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES

Ielyson Jose Rodrigues de Melo¹
Ana Monteiro Costa²

RESUMO

Este trabalho apresenta um breve histórico acerca da pobreza, enfatizando o debate entre o seu caráter uni e multidimensional, com destaque à abordagem seniana, que trata o tema não como a privação de um determinado nível de renda, mas como a privação de capacidades, ou seja, da liberdade de ser e agir conforme se considere digno. Neste sentido, foram analisadas as questões socioeconômicas no Recife, onde foi possível observar uma desigualdade de renda extremamente elevada contrastando com um Índice de Desenvolvimento Humano médio-alto. Isso é explicado pela distância social existente entre algumas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que estão bem próximas a de países de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, como a Noruega, e outras que estão mais próximas dos países de IDH mais baixo, como os mais pobres da África subsaariana. Dito isto, este trabalho teve como questão fundamental apresentar o método Alkire-Foster para medir a pobreza multidimensional no Recife. Essa proposta de operacionalização da abordagem das capacidades visa compreender as privações que a população recifense sofre e que não são captadas pela análise estritamente monetária. Para tanto, incorporam-se variáveis como educação, saúde, condições de habitação, etc, dando atenção à heterogeneidade existente entre os seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: *Pobreza multidimensional. Abordagem seniana. Recife. Método Alkire-Foster.*

¹ ORCID: 0000-0002-3599-9112 - Filiação: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

² ORCID: 0000-0002-4495-8224 - Filiação: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A PROPOSAL FOR SENIAN MEASUREMENT OF MULTIDIMENSIONAL POVERTY IN THE CITY OF RECIFE: THE ALKIRE-FOSTER METHOD AS OPERATIONALIZATION OF CAPABILITIES

ABSTRACT

This work presents a brief history of poverty, emphasizing the debate between its unidimensional and multidimensional character, with emphasis on the senian approach, which treats the topic not as the deprivation of a certain level of income, but as the deprivation of capabilities, i.e., the freedom to be and act as one considers worthy. In this sense, socioeconomic issues were analyzed in Recife, where it was possible to observe extremely high income inequality contrasting with a medium-high Human Development Index. This is explained by the existing social distance between some Human Development Units (HDUs), which are very close to countries with a high Human Development Index (HDI), such as Norway, and others that are closer to countries with lower HDI, like the poorest in sub-Saharan Africa. That said, this work intended to present the Alkire-Foster method to measure multidimensional poverty in Recife. This proposal for operationalizing the capabilities approach aims to understand the deprivations that Recife's population suffers which are not captured by strictly monetary analysis. To this end, variables such as education, health, housing conditions, etc. are incorporated, paying attention to the existing heterogeneity among human beings.

KEYWORDS: *Multidimensional poverty. Senian approach. Recife. Alkire-Foster method.*

UNA PROPUESTA DE MEDICIÓN SENIANO DE LA POBREZA MULTIDIMENSIONAL EN LA CIUDAD DO RECIFE: EL MÉTODO ALKIRE-FOSTER COMO OPERACIONALIZACIÓN DE CAPACIDADES

RESUMEN

Este trabajo presenta una breve historia de la pobreza, enfatizando el debate entre su carácter unidimensional y multidimensional, con énfasis en el enfoque seniano, que trata el tema no como la privación de un determinado nivel de ingresos, sino como la privación de capacidades, o que es decir, la libertad de ser y actuar como uno considere digno. En este sentido, se analizaron cuestiones socioeconómicas en Recife, donde fue posible observar una desigualdad de ingresos extremadamente alta que contrasta con un Índice de Desarrollo Humano medio-alto. Esto se explica por la distancia social existente entre algunas Unidades de Desarrollo Humano (UDH), en las que algunas están muy cerca de países con un Índice de Desarrollo Humano (IDH) alto, como Noruega, y otras están más cerca de países con un IDH más bajo, como los más pobres del África subsahariana. Dicho esto, este trabajo tuvo como tema fundamental presentar el método Alkire-Foster para medir la pobreza multidimensional en Recife. Esta propuesta de operacionalización del enfoque de capacidades tiene como objetivo comprender las carencias que sufre la población de Recife y que no son captadas por un análisis estrictamente monetario. Para ello se incorporan variables como educación, salud, condiciones de vivienda, etc., atendiendo a la heterogeneidad existente entre los seres humanos.

PALABRAS CLAVE: *Pobreza multidimensional. Enfoque seniano. Recife. Método Alkire-Foster.*

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema complexo e de grande relevância no debate entre cientistas sociais e formuladores de políticas públicas, e isso envolve o desafio de propor métodos de mensuração a partir das diferentes reflexões multidimensionais acerca da pobreza. No geral, a quantificação da pobreza se limita à ótica unidimensional da renda, negligenciando importantes indicadores como educação, condições de saúde e saneamento básico.

O conceito de pobreza como insuficiência de renda tem por base os pressupostos da economia clássica, onde os indivíduos são maximizadores de bem-estar (utilidade). Nela, acredita-se que a superação da pobreza se daria quando a renda dos indivíduos aumentasse até o nível de bem-estar considerado mínimo – acima da linha de corte que separa as pessoas pobres das não pobres. Contudo, por não contemplarem outros aspectos da vida humana, as metodologias sob o prisma unicamente monetário estão sendo substituídas por metodologias que consideram a pobreza como um fenômeno multidimensional.

Nesse contexto, o economista indiano Amartya Sen se destacou em seus estudos sobre a pobreza e desenvolveu uma abordagem em que a renda é um meio para o desenvolvimento e não um fim para tal, baseada nos princípios da justiça, da liberdade e igualdade, que ficou conhecida como Abordagem das Capacitações e servirá como base deste trabalho.

Diante do exposto, a cidade do Recife se torna um caso de interesse, pois, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,772 coloca a cidade num nível médio-alto. Contudo, apesar de sua importância no cenário regional, a cidade amarga a segunda colocação, dentre as capitais brasileiras, no quesito desigualdade de renda, com índice de Gini¹ de 0,606 (IBGE, 2021). Esse contraste entre os indicadores aponta que os problemas da pobreza e da desigualdade socioespacial são camuflados quando analisados estritamente por indicadores monetários. Por esse motivo, se faz necessário um estudo que compreenda a pobreza como um fenômeno multidimensional, considerando as capacidades de Sen.

Para tanto, o método Alkire-Foster (AF) foi o escolhido como sugestão para medir a pobreza multidimensional na capital pernambucana. Ele foi desenvolvido no ano de 2007 pela diretora da Iniciativa de Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI), Sabina Alkire, e pelo professor James Foster. O método AF analisa

¹ Índice que mede a desigualdade de renda. Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade na unidade analisada.

a pobreza por meio de diversas dimensões, fazendo uma identificação dos pobres com base nas carências que enfrentam, além de capturar a incidência e a intensidade da pobreza (ALKIRE; FOSTER, 2008). Assim, a presente pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: Considerando a pobreza como um fenômeno multidimensional e o desenvolvimento a partir da expansão das capacitações, como poderíamos sugerir a mensuração da pobreza para a cidade do Recife, utilizando o método AF?

Dito isso, o objetivo geral deste trabalho é sugerir o uso do método Alkire-Foster, haja vista que este dialoga com a abordagem seniana, para determinar um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para a cidade do Recife, o qual seja capaz de contemplar a pobreza como a privação de capacitações. Além disso, apresentar uma breve exposição sobre o desenvolvimento socioeconômico e a questão da pobreza no Recife; apresentar o debate sobre as diferenças entre a pobreza uni e multidimensional. Com isso, pretende-se contribuir para a proposição da mensuração da pobreza multidimensional e para o estabelecimento das dimensões a serem consideradas nessa unidade de análise, a cidade do Recife.

Para tanto, este trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção contempla uma breve apresentação do estudo da pobreza ao longo da história. A terceira analisa a história e o desenvolvimento socioeconômico do Recife desde a sua formação à caracterização socioespacial, visando refletir sobre o abismo social que existe dentro da cidade. Na quarta seção, é apresentado o método Alkire-Foster e são descritas as dimensões que podem ser utilizadas para medir a pobreza multidimensional na cidade do Recife. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DA POBREZA: DA UNI À MULTIDIMENSIONALIDADE

Por muito tempo, a desigualdade social foi creditada a um critério divino, ou seja, algumas pessoas já nasciam predestinadas à opulência enquanto outras nasciam condenadas à miséria. Sendo assim, cada indivíduo deveria aceitar seu destino sem questionar sua posição dentro da hierarquia social. A Igreja Católica – para facilitar seu domínio sobre as classes menos abastadas e manter os privilégios da nobreza e do clero – propagou ainda mais essa ideia durante a Idade Média (LACERDA, 2009).

Na Era Medieval, a pobreza era vista como a ausência de terras e de riqueza que permitissem uma vida confortável para os padrões de vida da época, além de manter a divisão social entre os senhores de terra, servos e vassalos durante o feudalismo. Na Europa do século XIV, havia um número considerável de pessoas em condições

precárias, sofrendo com doenças e miséria. Nesse período, a assistência aos mais pobres ficava a cargo da caridade da Igreja Católica, todavia, com o aumento no número de pessoas desassistidas, essa caridade já não era suficiente, forçando a monarquia Britânica a criar a Lei dos Pobres (*Poor Laws*), em 1388, sendo uma das primeiras políticas sociais implementadas no mundo (LACERDA, 2009). A Lei dos Pobres sofreu mudanças ao longo do tempo e, em 1601, foi reeditada classificando os pobres em três grupos: os impotentes (idosos, enfermos crônicos, os cegos e os doentes mentais); os capazes para o trabalho; e os capazes ao trabalho que se recusavam a fazê-lo (PEREIRA, 2009).

Em 1834, a Lei dos Pobres passou por uma nova reforma, quando a concepção de pobreza já era influenciada pelos ideais utilitaristas² (BASTOS, 2018). A nova lei surgiu desta vez com uma distinção entre pobres e indigentes, sendo essa concepção ainda amplamente utilizada atualmente (RICARDO, 1982 *apud* LACERDA 2009).

Podemos assegurar então, que o padrão de subsistência tem seu marco na época da Lei dos Pobres, quando as necessidades da população eram mensuradas a partir da quantidade de pão, farinha de pão ou alguma medida análoga de dinheiro. A abordagem da subsistência definia, assim, que pobre seria aquela família incapaz de, através da sua renda, suprir o necessário para a sua manutenção física (TOWNSEND *apud* CODES 2008).

Desde então, o tema da pobreza ganhou espaço no debate político-social em todo o mundo, muito disso devido ao fato de que o crescimento econômico obtido no decorrer do último século não promoveu o desenvolvimento esperado e tampouco sanou o problema da pobreza (CODES, 2008; LACERDA, 2009). Sendo assim, cai por terra a crença de que o crescimento econômico e o desenvolvimento são altamente correlacionados, isto é, acreditava-se que o aumento da produtividade de uma região faria com que ela se desenvolvesse. No entanto, as experiências observadas, sobretudo nos países da América Latina, da África e da Ásia, indicaram que isso não necessariamente ocorre, pelo contrário: ficou evidenciado que, nessas regiões, ocorreu um aumento considerável da produtividade *pari passu* com a diminuição dos índices de bem-estar social (ARAÚJO; ARAÚJO, 2005).

Existem vários estudos sobre o tema da pobreza desde o início do seu estágio científico até os dias atuais, com diversos conceitos e métodos (CODES, 2008; CRESPO; GUROVITZ, 2002; ROCHA, 2006). Dificilmente existirá um consenso, pois envolve aspectos sociais, econômicos e morais, todavia, atualmente, percebe-se uma maior ênfase na abordagem multidimensional da pobreza (LACERDA, 2009). A busca pela

² A corrente utilitarista vê a pobreza pela ótica unidimensional da renda, por essa ser compatível com o pressuposto microeconômico neoclássico de maximização do comportamento utilitário.

incorporação da complexidade da pobreza no desenvolvimento teórico e metodológico dos estudos passa pela diferenciação de seu caráter absoluto e relativo, bem como à crítica da simplificação na abordagem unidimensional.

Para tentar responder as questões relacionadas ao tema da pobreza, cientistas sociais criaram os conceitos de pobreza absoluta e relativa. A primeira está relacionada a tudo aquilo que o ser humano necessita para ter uma vida saudável. Um exemplo é o caso de uma pessoa sem moradia e sem alimentação, ou seja, sem o mínimo necessário para a sua subsistência. Por outro lado, a pobreza relativa é a relação da condição de pobreza com o padrão de vida de uma determinada sociedade. Um exemplo se dá em uma família que já tem sua subsistência garantida, mas que em relação a outras famílias sofre algumas privações (SILVA, 2018).

A pobreza absoluta está estritamente ligada às questões de natureza física, da sobrevivência, sendo melhor observada nos países pobres. Já a pobreza relativa é mais perceptível nos países desenvolvidos, considerando pobres os indivíduos que estão em alguma situação de privação em relação a outros do mesmo meio social, contudo, o mínimo necessário para sobrevivência nessas sociedades já está garantido (ROCHA, 2006).

O conceito de pobreza relativa está relacionado às necessidades a serem atendidas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, tendo como objetivo social a redução das desigualdades entre os indivíduos (ROCHA, 2006). Em resumo, se por um lado a pobreza absoluta considera como imprescindível para a mensuração do problema as questões de subsistência, por outro lado, a pobreza relativa insere o contexto social, que por sua vez determina o que é necessário.

Nas economias monetizadas, em que parcelas consideráveis das necessidades das pessoas são atendidas através das trocas mercantis, é bem comum que essas carências sejam atendidas através da renda. É estabelecido então um valor monetário destinado ao atendimento das necessidades médias dos indivíduos de uma determinada região. Esse valor pode estar associado apenas às questões nutricionais, de subsistência (pobreza absoluta), que, neste caso, será definido como linha de pobreza extrema ou linha de indigência. Caso o valor esteja relacionado ao conjunto mais amplo das necessidades, esse será definido como linha de pobreza. Diante dessa problemática, faz-se necessário a utilização desses parâmetros para que seja definido um critério que diferencie a população em subgrupos de acordo com a renda. No caso da linha de extrema pobreza, ela distingue os indigentes dos não indigentes. Tratando-se da linha de pobreza, diferencia-se os pobres e os não pobres (ROCHA, 2006). Sendo assim, os pobres são os indivíduos cuja renda esteja abaixo do valor necessário para atender as necessidades mínimas dentro daquela determinada sociedade, porquanto que os

indigentes são aqueles indivíduos cujo a renda esteja no limite inferior do valor necessário para que se atenda às necessidades nutricionais mínimas para uma vida saudável.

Apesar de bem difundida, na prática, a linha de pobreza, seja em seu conceito absoluto ou relativo, apresenta algumas dificuldades. No caso da pobreza absoluta, onde é preciso definir o valor de uma cesta básica que supra as necessidades nutricionais, não existe uma única solução possível. Se estivermos analisando a pobreza relativa, não existe uma disponibilidade de parâmetros essenciais de consumo (ROCHA, 2006). Outro ponto, é o fato de não considerar a desigualdade de renda entre os pobres e os indigentes. Para Sen (2001), considerando a renda e as linhas de pobreza, a pobreza será medida a partir de dois exercícios que estão inter-relacionados: a identificação dos pobres e a agregação de parâmetros estatísticos. A identificação é feita usando a renda que define a linha de pobreza; ao passo que a agregação de parâmetros é feita mediante a contagem do número de pobres e da proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza. Além da consideração da privação em termos de baixa renda, estes exercícios não levam em consideração que as pessoas podem estar um pouco abaixo, ou muito abaixo da linha de pobreza.

A economia tradicional, durante muito tempo, e ainda de forma hegemônica na atualidade, trata o tema da eliminação da pobreza a partir do acesso a uma renda maior (FAHEL et al., 2016). É percebido, entretanto, que outros aspectos têm um papel fundamental para a erradicação da pobreza, e simplificá-la apenas à falta de renda restringe essa visão. Os programas públicos buscam atenuar o problema da pobreza a partir de uma determinada renda mínima, no caso brasileiro tem-se o Bolsa Família (KUHNS et al., 2006). Amartya Sen apresenta uma reflexão sobre as limitações de analisar a pobreza sob a ótica da renda, desconsiderando as condições das pessoas:

Considera-se duas pessoas 1 e 2 - 1 tem um nível de renda algo mais baixo que o da 2. Mas 2 tem um problema renal e necessita usar um equipamento de diálise que custa muito caro, e ela também tem uma vida muito mais empobrecida do que a pessoa 1. Qual das duas é mais pobre - a pessoa 1, devido a sua renda mais baixa, ou a pessoa 2, por ter seu conjunto capacitário mais limitado? (SEN, 2001, p.169).

Pobreza multidimensional é uma perspectiva de análise que vai além da renda para a definição da pobreza. A economia ortodoxa considera como pobres aqueles indivíduos que não possuem um determinado nível de renda, e em geral essa é a regra que define a maioria das políticas públicas de combate à pobreza, justamente por caracterizar a pobreza como a insuficiência de um determinado nível de renda. Como pontuam Fahel et al. (2016),

a pobreza sob uma perspectiva multidimensional vai de encontro ao consenso da economia tradicional, ou seja, é uma perspectiva contra-hegemônica e inovadora.

A renda, embora seja uma dimensão muito importante na definição da pobreza, não pode ser a única. A transferência de renda por si só não elimina a pobreza, visto que existem outras carências e necessidades básicas que precisam ser atendidas, como moradia adequada, saneamento básico, água encanada, energia elétrica, acesso aos serviços de saúde e educação. Ou seja, existe um conjunto de variáveis que são observadas e analisadas para definir quem é pobre. Para Silva (2018), as pesquisas científicas necessitam de parâmetros que sejam mensuráveis, passíveis de quantificação, e por isso tornam a perspectiva unidimensional com foco na renda a mais utilizada no arcabouço da economia ortodoxa. Sob esse prisma, entretanto, a análise fica passível de excessivas simplificações devido à complexidade da vida humana.

Ser pobre não é apenas estar privado de renda, mas também é não gozar de boa saúde, não ter acesso à educação, não ter moradia e nem mesmo saneamento básico. Cada dimensão citada fornece uma importante menção sobre a pobreza, afinal, os pobres estão quase sempre privados, ao mesmo tempo, da maioria dos elementos essenciais à vida. Em outras palavras, qualquer uma das dimensões analisadas isoladamente será incapaz de responder de forma satisfatória ao estado de pobreza (SILVA, 2018).

A variedade de carências e deficiências atribuídas aos indivíduos que vivem em situações de pobreza, em diversas ocasiões, pode abreviar a sua existência, ou torná-la extremamente sofrida, dura e arriscada. Neste sentido, a pobreza sob o aspecto multidimensional envolve também, além dos aspectos físicos e materiais, as dimensões políticas e sociais (CODES, 2008).

A evolução do pensamento científico acerca do tema da pobreza ultrapassou o ambiente acadêmico e ganhou espaço nas políticas públicas de alguns países, a exemplo do México. Através do seu Conselho Nacional para a Avaliação da Política Social (CONEVAL), o país adotou um índice multidimensional como medida oficial de pobreza, com base nos seguintes indicadores: renda atual *per capita*, média de atraso educacional, acesso a serviços de saúde, acesso à seguridade social, qualidade e espaços de habitação, acesso a serviços básicos, acesso à comida, coesão social e acesso à estrada pavimentada (FERREIRA; LUGO, 2013 apud SILVA, 2018).

Entre os anos de 1970 e 1980, o economista Amartya Sen iniciou a formulação da Abordagem das Capacitações, trazendo contribuições às teorias do bem-estar social e do desenvolvimento socioeconômico, partindo do princípio segundo o qual o desenvolvimento se dá a partir da igualdade e das liberdades substantivas (LACERDA, 2009). Nesta abordagem, Sen rompe com o pensamento econômico utilitarista e apresenta uma

nova concepção à teoria econômica, na qual a liberdade é o principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social, e por isso a torna o fim primordial e também o principal meio para se alcançar o desenvolvimento. Entre as liberdades elencadas estão: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora (SEN, 2000).

Sob essa abordagem, o enfoque é diferente da abordagem estritamente monetária da pobreza. A Abordagem das Capacitações analisa a qualidade de vida do indivíduo incluindo outros indicadores não monetários, sem desprezar que a privação de renda pode implicar na privação de algumas liberdades. A partir desses questionamentos sobre os fins e os meios para o desenvolvimento, Sen (2000) critica a economia positiva e retoma questões filosóficas que estão nas raízes do pensamento econômico (COSTA, 2006). As principais contribuições do economista indiano estão atreladas a críticas às questões filosóficas acerca da economia tradicional, às propostas econômicas de bem-estar, e a Abordagem das Capacitações (PRESSMAN; SUMMERFIELD, 2000).

Sen (1999) resgata a origem da ciência econômica, que se deu a partir de dois temas relacionados à política, embora conexos de diversas maneiras, bem distintos em suas concepções: a ética e a engenharia. A ética está ligada aos fins humanos e a engenharia ligada aos estudos sobre o crescimento econômico e a produção, em que a humanidade é vista apenas como geradora de riqueza. Essas duas vertentes que dão origem à ciência econômica se separaram, e isso fez com que a economia transformasse a humanidade em um meio para gerar riqueza, quando esta deveria ser um meio para se alcançar o bem-estar geral.

Pode-se dizer que a importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna. A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. (SEN, 1999, p. 13)

Ao combinar ética e economia, Sen reconhece que os julgamentos de valor são inerentes às políticas sociais. Na sua abordagem, o bem-estar humano é considerado de modo multidimensional, assim, deve avançar em diferentes tipos de capacitações ao mesmo tempo (KUHN, et al., 2006). Desse modo, a Abordagem das Capacitações busca identificar os meios que promovam a melhoria na qualidade de vida dos agentes (COSTA, 2006).

Para Sen (2001), o conceito fundamental da Abordagem das Capacitações é o de funcionamento. Ele está associado a atividades/ações (por exemplo, comer, ler, escrever) ou a estados de existência (por exemplo, estar bem nutrido, não estar exposto a doenças evitáveis). Os funcionamentos fazem parte dos elementos constituintes do bem-estar. A capacitação reflete a liberdade para buscar esses elementos constitutivos e pode até ter um papel direto no próprio bem-estar, na medida em que decidir e escolher também são parte do viver.

O conjunto capacitário pode ser entendido como combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Sendo assim, a capacitação é um tipo de liberdade, a de ter estilos de vida diversificados. Considere a seguinte situação hipotética em que duas pessoas estão em jejum. Uma delas passa por privação nutricional por não ter acesso à alimentação, enquanto a outra faz jejum por questões religiosas. Ou seja, apesar da similaridade nas questões biológicas, se percebe uma considerável diferença no contexto social (SEN, 2000). Enquanto uma pode interromper a situação de fome a qualquer momento, a outra não se beneficia desse conjunto capacitário. Por sua vez, funcionamento pode ser compreendido como o que uma pessoa considera valioso fazer ou ter, e pode variar desde o mais básico, como estar bem nutrido e saudável, até algo mais complexo, como participar da vida em comunidade e ter respeito próprio (SEN, 1999).

É importante compreender o conjunto capacitário de cada agente, e assim identificar os funcionamentos disponíveis para a sua realização, evitando confundir escolhas pessoais com a insuficiência de acessos. Ou seja, as pessoas fazem o que estão fazendo por escolha própria ou por falta de opções? (KUHN, 2008 apud GOMES, 2022). Deste modo, a análise sob a ótica das capacitações se refere a liberdade de realizar funcionamentos, e não funcionamentos realizados (SEN, 2001).

A abordagem seniana exige do processo de desenvolvimento não apenas o aumento nas possibilidades de escolha dos agentes, mas também as condições de realização dessas escolhas por determinados funcionamentos – os intitulamentos (KUHN, et al., 2006). Intitulamento é um termo que foi introduzido para mudar o foco de análise da fome e inclui capacitações aplicadas ao espaço das mercadorias: “o conjunto capacitário de uma pessoa é um conjunto de pacotes alternativos de funcionamentos” (SEN, 2001, p. 235). Os intitulamentos são instrumentos que podem, ou não, se transformar em funcionamentos, visto que algumas variáveis intermediárias podem impedir a realização. Ou seja, alguns intitulamentos podem estar disponíveis, mas devido à distância e à ausência de transporte, podem impedir que esses intitulamentos se convertam em funcionamentos (COSTA, 2006).

De acordo com Sen (2000), existem três argumentos principais a favor da análise da pobreza a partir da Abordagem da privação de Capacitações. O primeiro tem como foco privações essencialmente importantes que não são abordadas quando analisadas pela ótica estritamente monetária. Consequentemente, o segundo argumento é o reconhecimento da importância de outras variáveis além da renda para a mensuração da pobreza. Por fim, é considerado o argumento mais importante para a elaboração de políticas públicas, a distinção entre baixa renda e baixa capacitação entre comunidades, famílias e indivíduos. Essa relação entre renda e capacitação pode sofrer influência de diversos elementos, como idade, sexo, condições epidemiológicas e por outros fatores exógenos que fogem do controle dos indivíduos. Sendo assim, a renda deve ser avaliada a partir da possibilidade de sua conversão em funcionamentos.

Sob essa perspectiva, o principal objetivo na elaboração de políticas públicas é entender o desenvolvimento não como meio de aumentar o crescimento econômico, mas sim como a expansão das capacitações das pessoas (MARIN, 2005), ou seja, as políticas públicas têm o dever de oferecer os meios que possibilitem a expansão das capacitações, para que, assim, o indivíduo tenha a liberdade para escolher o tipo de vida que valoriza (PORSSE, 2006).

3 REFLEXÕES ACERCA DA POBREZA NO RECIFE: CARACTERIZAÇÃO E DIVISÃO ESPACIAL

Por anos, a pobreza no Brasil foi caracterizada a partir de um determinado nível mínimo de nutrição, o que estimulou o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – a calcular uma cesta básica que atendesse o mínimo de 3.500 calorias para serem distribuídas entre as refeições ao longo do dia. Alguns programas sociais foram criados no país com base nessa relação entre pobreza e nutrição, entre os quais cabe destacar o PRODEA – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos. Esse foi o programa oficial de nutrição do governo Fernando Henrique Cardoso, o qual tinha como referência uma quantidade de 550 calorias por dia para um indivíduo e distribuía mensalmente entre 19 e 22 kg de alimentos para famílias situadas abaixo da linha da pobreza (SPOSATI, 2000 apud CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008). A pobreza relacionada à nutrição considera o padrão de pobreza a partir de um nível de consumo que garanta a sobrevivência de uma família considerada pobre. Apesar de bem intencionada, uma política pública sob esse prisma traz no âmago da sua aplicação a reflexão acerca do conteúdo de uma cesta básica que

pudesse servir de parâmetro para classificar diferentes níveis de necessidades básicas para as categorias de pobres e indigentes (CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008).

Também dentro de uma redução unidimensional da pobreza, no ano de 1969 foi introduzido como categoria para mensurar a pobreza o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* – um indicador macroeconômico que mede a distribuição da opulência econômica a partir da média, ignorando a sua real distribuição (SPOSATI, 2001 apud CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008). Essa redução cria uma série de limitações à mensuração da pobreza, tende a subestimar essa condição e suscita a necessidade da busca de teorias e métodos de análise que incorporem a multidimensionalidade da pobreza. A partir da década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual se afasta da ótica genérica e unilateral do PIB *per capita* para comparar regiões. No Brasil, tornou-se a ferramenta principal para medir a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico dos municípios através do IDH Municipal (IDHM). O IDHM considera três dimensões: longevidade (IDHM-L), educação (IDHM-E) e renda (IDHM-R) – cada uma delas variando de 0 a 1, e o resultado é dado pela média aritmética dos três indicadores analisados. A classificação do IDHM é feita da seguinte forma: baixo desenvolvimento humano entre 0 e 0,49; médio desenvolvimento humano entre 0,5 e 0,79; e alto desenvolvimento humano entre 0,8 e 1. Para uma melhor caracterização, o médio desenvolvimento humano foi subdividido em médio-baixo, cujo índice varia entre 0,5 e 0,59; em médio-médio, cujo índice varia entre 0,6 e 0,69; e médio-alto, cujo índice varia entre 0,7 a 0,79 (FRANCO; ANUNCIATO, 2016).

Nesse contexto que busca analisar a pobreza a partir de indicadores mais abrangentes do que simplesmente a renda, a Prefeitura do Recife construiu, em 2005, o Atlas Municipal com base no Censo de 2000, usando indicadores locais de desenvolvimento que são separados por Região Político Administrativa (RPA), Microrregiões intraurbanas e Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH), com o intuito de conhecer mais as questões sociais da cidade e direcionar as políticas públicas e os programas sociais (CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008). Para compreender a pobreza na capital de Pernambuco, é preciso analisar o modelo de desenvolvimento que se deu no Brasil, principalmente, a partir do processo de industrialização que ocorreu no século passado e modificou profundamente o caráter demográfico do país, que deixou de ser rural e passou a ser predominantemente urbano.

A urbanização crescente observada nos últimos anos foi seguida pela expansão, no mesmo ritmo, da pobreza, principalmente nos países subdesenvolvidos, mesmo que esses guardem suas particularidades e especificidades, assim como as suas regiões

e diferentes cidades (SANTOS, 2009). No século XX, principalmente entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil intensificou o processo de industrialização e cresceu em média 6% ao ano (PETITI, 2003). No entanto, esse processo foi marcado por um aumento substancial da desigualdade social, visto que os vultosos rendimentos do período se concentraram nas mãos de uma pequena elite industrial, enquanto a massa de trabalhadores recebia baixos salários. A migração da população rural para as áreas urbanas, modificou o perfil demográfico do país e superlotou as metrópoles, onde aumentava o número de desempregados e os índices de pobreza (FERREIRA, 2003). Apesar dessa concentração nas grandes metrópoles, a pobreza continuava tendo um caráter regional, sendo mais acentuada no Nordeste: região com os piores indicadores socioeconômicos do Brasil, em especial nas áreas rurais (ROCHA, 2003).

Nesse contexto de industrialização, a capital pernambucana concentrou renda e sofreu um intenso fluxo migratório, o que fez sua população, entre as décadas de 1950 e 2000, saltar de 500 mil para 1,5 milhões de habitantes. Esse crescimento da população urbana ocasionou um aumento da oferta de pessoas em busca de empregos, diminuindo a possibilidade de uma vida digna de grande parte da população que vivia na cidade (ARAÚJO; ARAÚJO, 2005). Com isso, não se credita a pobreza à questão demográfica, mas a um desajuste de desenvolvimento que não tinha por meta a inclusão.

O Recife é uma cidade de relevante dimensão demográfica, com histórico de ocupações e vasta atividade econômica (CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008). De acordo com os dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), a sua extensão territorial é de 218.843 km² e sua população é de 1.537.704 pessoas – no entanto, a população estimada em 2021 era de 1.661.017 pessoas (IBGE, 2021). O PIB *per capita* do Recife, em 2020, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) foi de aproximadamente 30 mil reais, ao passo que o coeficiente de Gini, em 2021 (IBGE, 2021), foi de 0,606, situando-se como o segundo maior índice entre as capitais brasileiras. O município, com IDHM de 0,772, ocupava, em 2010, a posição 210 no *ranking* para as cidades brasileiras, de acordo com o relatório do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS..., 2013). Todavia, apesar do IDHM estar na faixa médio-alto, a marca das disparidades sociais fica explicitada quando comparamos o valor desse índice adaptado às UDHS, o que será feito mais adiante.

O território recifense passou por diversas divisões espaciais e político-administrativas ao longo do tempo, mas a configuração atual é datada de 1991, com um total de 94 bairros divididos em 6 regiões político-administrativas (RPAs), que foram subdivididas em 18 microrregiões. Além dos bairros, das RPAs e das microrregiões, o Recife ainda tem em sua divisão espacial, 66 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS),

que são áreas da cidade destinadas à moradia da população de baixa renda (RECIFE, 2005) e 194 UDHS (ATLAS..., 2013). As UDHS são áreas de setores censitários que visam eliminar as heterogeneidades de algumas regiões quanto as suas condições socioeconômicas por meio de recortes espaciais, a fim de identificar as desigualdades sociais intraurbanas de forma mais fidedigna (BARROS; BARROS, 2021). Essas unidades agregam ou subdividem os 94 bairros de acordo com as suas características socioeconômicas, e foram utilizadas para o cálculo do IDHM, o que permite uma análise mais restrita do índice.

O IDHM baseado nos dados do Censo de 2010 foi divulgado no Atlas Municipal do Brasil (ATLAS...,2013) e explicitou o problema da desigualdade intraurbana no Recife, visto que existem unidades com um IDHM elevado, como é o caso da UDH que envolve os bairros da Jaqueira, da Tamarineira e de Casa Amarela, com um índice de 0,955, mas também há unidades com índices de 0,622 e 0,623, como o bairro de Joana Bezerra e do Ibura, respectivamente. Na Tabela 1 é possível observar a distribuição das UDHS por faixa de desenvolvimento humano.

Tabela 1 – UDHS Por Faixa de Desenvolvimento Humano

Faixas	IDHM	Nº de UDHS 2000	Nº de UDHS 2010
Baixo Desenvolvimento Humano	0 - 0,49	19 (9,8%)	0 (0,0%)
Médio - Baixo Desenvolvimento Humano	0,5 - 0,59	50 (25,8%)	0 (0,0%)
Médio Desenvolvimento Humano	0,6 - 0,69	45 (23,2%)	68 (35,1%)
Médio - Alto Desenvolvimento Humano	0,7 - 0,79	54 (27,8%)	60 (30,9%)
Alto Desenvolvimento Humano	0,8 - 1	26 (13,4%)	66 (34,0%)
Total		194 (100%)	194 (100%)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Elaboração Própria.

Houve melhora entre os anos de 2000 e 2010, não havendo mais regiões nas faixas mais baixas do desenvolvimento humano, além de uma maior inserção de unidades na faixa alta. Essa evolução se deu sobretudo nos indicadores de saúde, educação e longevidade, pois na variável renda houve pouca mobilidade (ARAÚJO; ARAÚJO, 2005). No ano de 2010, o rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos, das pessoas ocupadas e com rendimentos do trabalho aumentou 11,7% em relação ao ano de 2000, todavia os 20% mais ricos concentraram 72,5% da renda, enquanto os 20% mais pobres ficaram com 6,2% (RECIFE, 2008). As desigualdades identificadas na capital pernambucana são fruto de um processo de exclusão/inclusão que está diretamente ligado à modernização e urbanização das metrópoles nordestinas. Essa modernização

excludente pode ser expressa pela urbanização de vitrine, que vem modelando as paisagens urbanas das capitais nordestinas. Municípios como Recife, Fortaleza, Salvador e Natal, estão, cada vez mais, representando o que David Harvey denominou de cidade “vudu”: cidade que apesar de luminosa e atraente, traz em seu interior diversas áreas de exclusão (HARVEY, 1982 *apud* CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008)

O Recife possui uma área urbana que em um raio de menos de dois quilômetros das áreas consideradas de inclusão, são encontrados focos de pobreza, visto que as áreas mais abastadas trazem em seu entorno os excluídos, que se aglomeram nas proximidades dessas regiões em busca das atividades socioeconômicas que por elas são ofertadas. A pobreza na cidade pode ser observada também no inchaço e deterioração de suas áreas, que são visíveis em suas favelas, palafitas e assentamentos suburbanos de baixa infraestrutura, marcados pela ausência de serviços básicos (CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008).

Os dados do censo demográfico de 2010, apesar da defasagem de pouco mais de 10 anos, nos dão o suporte necessário para o reconhecimento de que existe uma considerável segregação socioespacial dentro da cidade do Recife, que por vezes é encoberta por meio de recortes de dados a fim de favorecer a propaganda de uma das melhores capitais do Nordeste, e é essa investigação que move essa pesquisa. Neste sentido, é indicado a investigação da pobreza e da desigualdade socioespacial na cidade do Recife a partir de um Índice de Pobreza Multidimensional, pois esse permitiria uma melhor identificação dos beneficiários de políticas públicas, assim como, contribuiria para a análise dos impactos dessas políticas.

4 PROPOSTA DE MENSURAÇÃO DE UM ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM): O MÉTODO ALKIRE-FOSTER (AF)

Existem três motivos principais para que a pobreza seja mensurada sob o aspecto multidimensional. O primeiro é que medidas como a linha de pobreza, com base na renda, são insuficientes e por isso muitos países buscam índices que contemplem múltiplas privações. O segundo é a identificação de beneficiários para os programas públicos. E, por último, cita-se a avaliação de processos em que medidas multidimensionais são elaboradas para o acompanhamento (ALKIRE; SANTOS, 2009).

O método AF é uma medida que apresenta vantagens na escolha dos indicadores e dimensões, que, a depender dos objetivos, podem, ou não, ter pesos diferentes. Permite que sejam utilizados dados cardinais, ordinais ou categorias, inclusive uma

combinação deles (ALKIRE; SANTOS, 2009). O procedimento utiliza uma abordagem que contempla tanto uma análise quantitativa como qualitativa. No primeiro caso, na identificação de quem é pobre e a segunda na intensidade dessa pobreza, mostrando de que forma as pessoas são pobres (NATALINO, 2015 apud, SILVA 2018).

Relacionando as múltiplas dimensões com a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, o desenvolvimento humano não é mensurado apenas a partir do aumento da renda, da melhoria da saúde e da educação, mas sim como a ampliação das capacitações. Capacitações que podem ser compreendidas como a liberdade para se fazer o que é valioso para determinado indivíduo ou grupo. Neste sentido, a escolha das dimensões não deve vir pré-determinada, mas sim sucedida de um amplo debate público (ALKIRE, 2002 apud VIEIRA, 2016).

O método contempla a pobreza como privação de capacitações e realiza a contagem das diferentes privações que as pessoas enfrentam, como, por exemplo, a ausência de saúde, de educação, de emprego, entre outras, não menos importantes para a redução ou eliminação das condições de vida precárias (GOMES, 2022), e tem um impacto direto no índice de desenvolvimento humano.

Dois passos são fundamentais para a elaboração do método AF: o primeiro é definir quem é pobre; o segundo é a agregação dos dados sobre os pobres em um indicador geral de pobreza. A identificação dos pobres é feita a partir de duas linhas de corte (*dual cut-off*). A primeira linha (z) identifica se o indivíduo é ou não privado em um determinado indicador, por exemplo, se o domicílio tem ou não água encanada, ou se tem ou não energia elétrica. Considerando o peso dos indicadores iguais, a segunda linha (k) define a quantidade mínima de indicadores que um indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre (ALKIRE, et al., 2015).

O IPM AF pode ser elaborado em doze etapas, as seis primeiras das quais são conhecidas por serem utilizadas em outros métodos de mensuração do IPM, enquanto as demais são exclusivas do método AF. A seguir são apresentadas as etapas (ALKIRE; FOSTER, 2009):

- 1 - Escolha da unidade de análise.
- 2 - Escolha das dimensões da pobreza.
- 3 - Escolha dos indicadores para cada uma das dimensões escolhidas.
- 4 - Estabelecimento das linhas de corte para a identificação do indivíduo como pobre ou não pobre em um determinado indicador.
- 5 - Aplicação da primeira linha de corte para identificar se o indivíduo é privado ou não em um determinado indicador.

- 6 - Contagem do número de privações que o indivíduo sofre.
- 7 - Definição do segundo corte (k).
- 8 - Aplicação do segundo corte (k) para obter o grupo de pobres e descartar os dados das pessoas que não são consideradas pobres.
- 9 - Cálculo da incidência de pobreza H , que representa a proporção das pessoas consideradas multidimensionalmente pobres.
- 10 - Cálculo do hiato de pobreza média P , ou a intensidade da pobreza, que representa a média de privações que cada pessoa pobre sofre sobre o total possível de privações.
- 11 - Cálculo da incidência ajustada M_0 ($H \times P$) também conhecida como Índice De Pobreza Multidimensional (IPM).
- 12 - Decomposição por grupos e segmentação por dimensões, onde a incidência ajustada (M_0) pode ser decomposta para cada subgrupo da população, tornando possível a análise da contribuição de cada dimensão para a pobreza geral.

A partir dessas etapas, se propõe o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional pelo método Alkire-Foster para a cidade do Recife, usando dados secundários provenientes do Censo Demográfico realizado no ano de 2022, que ainda será divulgado, pois os microdados disponibilizados permitem medir a pobreza em sua multidimensionalidade. As dimensões selecionadas para análise tiveram como justificativa o histórico da formação da pobreza no Recife e se basearam em trabalhos anteriores desenvolvidos em outras regiões do Brasil (GOMES, 2022; VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017; SILVA, 2018). Com isso, consideram-se os fatores que se destacam na pobreza local e procura-se seguir uma linha de trabalhos nacionais que constituem um parâmetro comparativo. Assim, sugere-se que o índice de mensuração da pobreza Alkire-Foster para a cidade do Recife considere quatro dimensões: educação; condição de habitação; saúde e condições sanitárias; trabalho e renda, e 11 indicadores que podem ser analisados a partir do Censo.

O método AF ficou apenas como sugestão neste trabalho, pois os dados disponíveis do último Censo Demográfico, realizado em 2010, estão defasados. Sendo assim, o cálculo do IPM tomando por dados esses dados não retrataria a atual realidade. Desse modo, pretende-se que esta pesquisa tenha continuidade a partir da divulgação dos dados do Censo de 2022, para calcular o IPM para a cidade do Recife. Tal índice pode contribuir para a elaboração de políticas públicas assertivas, a fim de atenuar o problema da pobreza e reduzir as desigualdades intraurbanas existentes na capital pernambucana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma breve discussão acerca da evolução do conceito de pobreza e estabeleceu um debate entre a pobreza uni e multidimensional, essa baseada na Abordagem das Capacitações. Com esse estudo, é possível concluir que a análise da pobreza sob o prisma multidimensional é a mais indicada para a elaboração das políticas sociais voltadas às pessoas mais pobres, haja vista, que leva em consideração não apenas a insuficiência de renda, mas, também, a privação em outras dimensões e indicadores. A renda é um importante meio para o desenvolvimento, mas não um fim.

No Brasil, a pobreza inicialmente era mensurada a partir de uma quantidade mínima de alimento que garantisse a sobrevivência de uma determinada família. Algum tempo depois, ela passou a ser medida pelo PIB *per capita*. Posteriormente, evoluiu para uma análise que considerou também a longevidade e a educação (IDH e IDHM). Apesar de se afastarem da medida com base unicamente na renda, esses novos parâmetros não contemplavam outras diversas privações que podem afetar os indivíduos, e que só são captadas quando analisadas a partir de um IPM.

Nesse contexto, a pobreza multidimensional no Recife passa a ser de interesse, haja vista o acentuado contraste socioeconômico da cidade, ao mesmo tempo que ela apresenta o IDHM geral de 0,772, situado na faixa médio-alta, ademais nenhuma das suas UDHs está nas faixas mais baixas do índice. Assim, ainda que considere a multidimensionalidade, os índices pensados a partir da realidade a ser analisada são muito importantes. Se perde em termos comparativos, mas há um ganho no que tange a análise local.

A capital pernambucana é dividida em 94 bairros e 194 UDHs, sua pobreza pôde ser observada a partir do abismo social verificado, muitas vezes, dentro de um mesmo espaço geográfico. Foi possível constatar que existe uma estreita convivência entre as áreas mais e menos abastadas na cidade e que o IDHM, por vezes, camufla a pobreza situada em alguns bairros, a exemplo da Ilha de Joana Bezerra e do Ibura, os quais estão situados nas UDHs com IDHM abaixo de 0,70 – o mínimo para ser classificado como desenvolvimento humano médio-alto.

Dito isto, o trabalho sugeriu um método que possibilita medir a pobreza no município em suas variadas dimensões: o método Alkire-Foster, o qual contempla a Abordagem das Capacitações. Também, teve-se o cuidado de resgatar a formação socioeconômica da cidade de modo a refletir sobre as características da sua população em situação de pobreza. Considerando a formação e os principais problemas do Recife, foram escolhidas quatro dimensões a serem priorizadas para a construção do

índice: educação; condição de habitação; saúde e condições sanitárias; trabalho e renda, que podem ser analisados a partir do Censo Demográfico.

Apesar de contemplar a pobreza em seu aspecto multidimensional, no Brasil, o método AF ainda é pouco empregado em trabalhos que abordam o tema da pobreza. Nesse contexto, este estudo visa reafirmar a importância de avaliar a pobreza a partir da privação de capacitações.

Finalmente, deixam-se indicado os passos necessários para realizar um estudo da pobreza na cidade do Recife, da seleção das dimensões, assim como das etapas para a construção de um Índice de Pobreza Multidimensional. Ademais, esse método pode ser expandido para outras regiões do Brasil, seja em nível regional, estadual ou municipal.

A partir dos resultados, que podem ser obtidos após a operacionalização dos dados, é possível um melhor direcionamento das políticas sociais destinadas às pessoas consideradas (multidimensionalmente) pobres, ponderando suas especificações e heterogeneidades. Assim, sugere-se que trabalhos futuros apliquem o método aqui descrito, bem como tragam novos olhares e métodos para a quantificação da pobreza multidimensional.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Poverty and inequality measurement. *In*: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. **An introduction to the human development and capability approach: freedom and agency**. Londres: Earthscan, 2009, p. 121-161.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper**, n. 7, jan. 2008. Disponível em: https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7_vs2.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper**, n. 32, dez. 2009, v. 95, n. 7-8, p. 476-487. Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ALKIRE, S. et al. Multidimensional Poverty Measurement and Analysis: Chapter 5 - The Alkire-Foster Counting Methodology. **OPHI Working Paper**, n. 86, 2015.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. Desenvolvimento e Desigualdade *In*: RECIFE. Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal**. Recife, 2005.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Pobreza e desenvolvimento humano. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 4, out./dez. 2007.

ATLAS, do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. IDHM dos municípios (2010). Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm_municipios-2010.html. Acesso em: 1º fev. 2023.

BARROS, Sandra Augusta Leão; BARROS, Daniel Lins. Uma leitura dos recortes espaciais que compõem o IDHM: o caso dos bairros das Graças e Boa Viagem no Recife. **Geographia**, v. 23, n. 50, fev. 2021.

BASTOS, D. S. O direito à subsistência em xeque: um olhar sobre a Lei dos Pobres e o Ato de Emenda de 1834. **História Econômica & História de Empresas**, v. 21, n. 1, 5 jul. 2018.

CAVALCANTI, Helenilda; LYRA, Maria Rejane de Britto; AVELINO, Emília (Orgs). **Mosaico Urbano do Recife: Exclusão Inclusão Socioambiental**. Recife: Massangana, 2008, 324p.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília, DF: IPEA, 2008. (Texto para Discussão, n. 1332).

COSTA, A. M. Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das Capacitações. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional, **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfj9kvjC8VSgTsh/?format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para Além Da Renda: Uma análise da Pobreza Multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, out. 2016.

FERREIRA, D. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003

FRANCO, Cleiton; ANUNCIATO, Karine Medeiros. Desenvolvimento Humano e Desigualdade Regional: Uma Discussão para o Estado de Rondônia. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 5, n. 9, jan./jul. 2016.

GOMES, Márcio Gasperini. **Pobreza e Formação Socioespacial: Um estudo Multidimensional Sobre a Microrregião de Florianópolis**. 2022. **Dissertação** (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**, 2021. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**, 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama>. Acesso em: 1º fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Panorama: Recife: Economia**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama>. Acesso em: 13 mai. 2022.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

MARIN, S. R. Karl Popper e Amartya Sen: Temas para Pensar em Intervenção Social e Desenvolvimento Humano. 2005. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

KUHN, Daniela Dias; WAQUIL, Paulo Dabdab; COSTA, Ana Monteiro; MATTOS, Ely José de; FRITZ, Karen Beltrame Becker; GIANLUPPI, Luciana Dal Forno. Pobreza no Rio Grande do Sul: A heterogeneidade revelada pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, mai. 2006.

PEREIRA, P. A. **Política Social**: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. ISBN 978-85-249-1391-4

PETIT, Tatiana. O gigante que encolheu. **Pesquisa Fapesp**: Economia, São Paulo, ed. 90, ago. 2003. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-gigante-que-encolheu/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

PRESSMAN, S.; SUMMERFIELD, G. **The economics contributions of Amartya Sen**. Review of Political Economy, Abingdon, v. 12, n. 1, 2000, p. 89-113.

PORSSE, M. DE C. S. A Abordagem da Capacitação como um modelo alternativo à nova administração pública para as ações estatais: um estudo de caso das políticas públicas dos municípios de Tupandi, Torres e Porto Alegre. 2006. **Tese** (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RECIFE, Prefeitura. Plano Diretor. Versão preliminar para discussão (2008). Disponível em <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/sites/default/files/inline-files/Desenvolvimento-Econo%CC%82mico-Sustenta%CC%81vel-e-Inclusa%CC%83o-Social.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005.

ROCHA, S. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan./mar. 2003.

- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 244p.
- SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Jefferson Chaves da. Pobreza multidimensional nas mesorregiões catarinenses: Um estudo a partir da Abordagem das Necessidades Básicas. 2018. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- VIEIRA, Carine de Almeida. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação Para a Medição da Pobreza Multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Dissertação** (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2016.